

## PROJETO DE LEI № 54 / 2025



Dispõe sobre a instalação de Métodos de Controle Populacional de Pombos Urbanos nas dependências das escolas da rede pública de ensino, unidades hospitalares públicas, ginásios, quadras poliesportivas e demais prédios públicos do Estado do Acre.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica autorizada a instalação de sistemas e métodos de controle populacional de pombos urbanos nas dependências das escolas da rede pública de ensino, unidades hospitalares públicas, ginásios, quadras poliesportivas e demais prédios públicos do Estado do Acre.
- **Art. 2º** Consideram-se métodos de controle populacional de pombos urbanos todas as técnicas e tecnologias legalmente permitidas, de caráter não letal, eficazes na redução da presença e reprodução dos pombos em ambientes urbanos.
- **Art. 3º** Entre os métodos admitidos para controle populacional de pombos urbanos estão:
- I instalação de barreiras físicas, como redes, telas, fios de nylon e estruturas que impeçam pouso e ninho;
- II uso de dispositivos de espanto sonoro (como sonares de alta frequência) e visual (como imagens de predadores ou fitas refletivas);
- a) Sonar Repelente consiste em um dispositivo eletrônico que emite sons de alta frequência, inaudíveis para os seres humanos, mas eficazes para repelir pombos, sem prejudicar a saúde e o bem-estar dos seres vivos.



E-mail: gabineteadailtoncruz@gmail.com

- III adoção de controle de natalidade e métodos de esterilização de aves;
- IV implementação de mudanças ambientais, reduzindo acesso a alimentos, água e abrigos;
- V instalação de géis e outros repelentes anti-pouso devidamente regulamentados;
- VI introdução controlada de predadores naturais, onde tecnicamente viável.
  - Art. 4º Fica vedado o uso de métodos cruéis ou letais, incluindo:
  - I envenenamento;
- II paralitantes ou substâncias que provoquem sofrimento ou morte das aves;
  - III armadilhas ou armas de fogo;
- IV quaisquer outras práticas que contrariem a legislação ambiental vigente.
- Art. 5º A instalação dos sistemas deverá obedecer à seguinte ordem de prioridade:
  - I escolas da rede pública de ensino;
  - II unidades hospitalares públicas;
  - III quadras poliesportivas e ginásios;
  - IV prédios da segurança pública;
  - V demais órgãos da administração pública direta e indireta.
  - Art. 6º O Poder Executivo Estadual regulamentará esta lei, definindo:
  - I critérios técnicos para instalação, manutenção e monitoramento;
  - II parâmetros de prioridade com base em laudos sanitários e ambientais;



III - responsabilidades por órgão gestor;

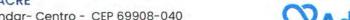
IV - critérios para contratação de empresas especializadas e licenciadas.

**Art. 7º** Os órgãos responsáveis pela execução devem apresentar relatórios anuais à Assembleia Legislativa do Estado do Acre sobre os resultados alcançados.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Deputado **Francisco Cartaxo**" 09 de abril de 2025

Adailton Cruz Deputado Estadual – PSB



DEPUTADO ESTADUAL



## **JUSTIFICATIVA**

O Projeto de Lei dispõe sobre a instalação de métodos de controle populacional de pombos urbanos nas escolas da rede pública, unidades hospitalares, ginásios, quadras poliesportivas e demais prédios públicos do Estado do Acre. A proposta visa proteger a saúde pública, preservar o meio ambiente e garantir a segurança sanitária por meio de ações preventivas e não letais que reduzam a presença excessiva dessas aves em locais de grande circulação.

A matéria está amparada nos princípios da Constituição Federal, especialmente nos artigos que tratam da dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III), da promoção do bem de todos (Art. 3º, I e IV), da competência comum dos entes federativos para cuidar da saúde e do meio ambiente (Art. 23, II, VI e IX), e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Art. 225).

O projeto também se fundamenta na Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), que protege a fauna e proíbe práticas cruéis contra os animais, além de seguir normas da ANVISA, que alertam para os riscos sanitários da presença de aves sinantrópicas, como os pombos, em áreas urbanas e institucionais.

Estudos técnicos indicam que os pombos urbanos são vetores de doenças como criptococose, salmonelose, histoplasmose e ornitose, colocando em risco a saúde de crianças, idosos, pacientes imunossuprimidos e demais usuários dos serviços públicos.

Os métodos propostos incluem barreiras físicas, dispositivos sonoros e visuais, controle de natalidade, repelentes homologados e alterações ambientais, todos regulamentados, não letais e não cruéis, conforme a legislação ambiental e as diretrizes sanitárias vigentes.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
GABINETE DO DEPUTADO ADAILTON CRUZ - PSB

O projeto adota uma abordagem preventiva, educativa e ambientalmente responsável, alinhada aos desafios atuais de convivência urbana. Ao priorizar ambientes como escolas e hospitais, garante uso eficiente de recursos e melhora a qualidade dos serviços públicos. A execução será escalonada, com critérios técnicos definidos pelo Poder Executivo, laudos sanitários e contratação de empresas especializadas.

A proposta representa uma resposta concreta às demandas de saúde, segurança e proteção ambiental no Acre. Ao regulamentar o controle ético da população de pombos urbanos, o Estado reafirma seu compromisso com o bemestar coletivo, a saúde pública e a boa gestão dos espaços públicos.

Solicitamos, assim, o apoio dos parlamentares para aprovação deste Projeto de Lei, que investe na prevenção de doenças, na valorização dos espaços públicos e na construção de cidades mais limpas, seguras e saudáveis para todos os acreanos.

Sala das Sessões "Deputado **Francisco Cartaxo**" 09 de abril de 2025

Adailton Cruz

Deputado Estadual – PSB

